

A QUESTÃO DO CÂNONE

Zahidé Lupinacci Muzart

Professora de Literatura Brasileira, UFSC

Esse é um trabalho ainda *en chantier*, como verão. Impossível foi concluí-lo dada a quantidade de leituras que me foram surgindo, à medida que tentava escrevê-lo. Preferi, então, colocar algumas questões para discussão.

Pelos dicionários¹, comecei a estudar a questão do cânone que sempre abordara circunstancialmente nos meus trabalhos sobre Hilda Hilst e sobre as escritoras do século XIX. A questão do cânone é estudada por vários autores e pela crítica e teoria contemporâneas. Na verdade, tratar do assunto é abordar questão na ordem do dia e incrustada na discussão contemporânea do *colonizado vs. colonizador*, do *outro*, em suma, sem esquecer que é um tópico feminista dominante, um tema recorrente da crítica pós-moderna e questão crucial para nossa linha de pesquisa.

Poderíamos abordar a questão do cânone sob vários ângulos, em várias épocas, abordar a questão dos marginalizados: o negro, o judeu, a mulher, o homossexual; abordar a questão da formação do cânone em nossa literatura.

Poderíamos abordar a questão do cânone hoje, em relação ao poder das Universidades, o poder dos grupos e, sobretudo, o poder do eixo Rio/São Paulo/Minas, pois, só é canonizado o escritor que, vivendo nessas regiões, pode frequentar determinados círculos de influência, professores dos cursos de pós-graduação, críticos literários, redatores de jornais, por exemplo, resenhistas como os dos grandes jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, para citar só os maiores. Um exemplo: a *Folha de São Paulo*, em geral, prefere analisar estrangeiros, traduzidos pela Companhia das Letras. Só os escritores mais conhecidos obtêm guarida em suas páginas. É raríssimo aparecer um escritor brasileiro desconhecido. De vez em quando, a *Folha* abre uma exceção mas nunca para o escritor da província e lá publicado.

Isso tudo faz parte do cânone, das histórias do cânone...

Poderíamos estudar a questão do cânone também no ensino da Universidade brasileira que é Mestra em perpetuar a mesmice: os mesmos,

sempre os mesmos escritores nos mesmos programas. Quando estuda a contemporaneidade, é raro que chegue aos nossos dias, preferindo permanecer nos canonizados Guimarães Rosa e Clarice (que, é claro, devem ser estudados... mas, não só os dois!). De vez em quando, alguns nomes novos são elevados à “dignidade” dos currículos, são contemplados até nas provas dos vestibulares, são canonizados. E, prova máxima da canonização, são estudados e apresentados nos encontros da ANPOLL e da ABRALIC. É assim também no GT “A Mulher na Literatura” e nos Seminários Mulher e Literatura. Dessa forma, algumas escritoras são canonizadas e outras parecem entrar no rol das “Esquecidas” que serão, fatalmente, resgatadas pelas estudiosas do século XXI. Por que algumas entram nesse bloco, e outras não, é pergunta que sempre me intrigou. Sobretudo, quando lendo os textos de algumas canônicas e algumas esquecidas, não podemos muito bem dar as razões dessas preferências. Estilo? Temas? Mais pós-modernas, menos? Mais preocupadas em escrever sobre coisas que estão na moda? Preferindo, em uma certa época a assim chamada “literatura do corpo” na esteira de Hélène Cixous, por exemplo? O porquê da canonização é complexo e ligado a muitos fatores, inclusive um que eu chamaria de *mesmice*, o da facilidade: perseguir o estudo das mesmas autoras já consagradas, já canonizadas. Não se arriscar por *mares nunca dantes navegados*...

O estudo do cânone está ligado, pois, a várias coisas, principalmente à dominante da época: dominantes ideológicas, estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros. Aquilo que é canonizado em certas épocas, é esquecido noutras; o que foi esquecido numa, é resgatado em outra. Como Sousândrade, no Brasil, como Baudelaire, na França... entre outros.

Do século XVIII, Flora Sussekind², na esteira de Antonio Candido, pinçou o Sapateiro Silva, que escrevia longe das Arcádias e Parnasos, que trabalhava como sapateiro!

Já no século XIX, são muitos os *esquecidos da História*. Cito os já resgatados Qorpo-Santo³, Sousândrade⁴. O que observo nesses três autores citados - Sapateiro Silva, Qorpo Santo, Sousândrade - é uma certa identidade de linguagem, na busca do satírico, do *nonsense*. Excluem-se esses três autores do cânone: um, sapateiro, outro, louco, o terceiro, de linguagem inventiva demais e fora do Romantismo canônico... Uma curiosa identidade de escritores à margem.

Observa-se que, em geral, são excluídos dos cânones: o popular, o humor, o satírico e o erótico. O *baixo* é excluído. Permanece o *alto*. No entanto, há um estilo *alto*, romântico, beletrista e que deixou produção abundante também excluída do cânone: é o texto das mulheres no século

XIX, texto sempre destacado nas críticas de jornais, em sua época, qual secção de trabalhos manuais, como *Obras de Senhoras*. Não ousando inovar, as mulheres submetem-se aos cânones masculinos. E, imitando-os, para se integrarem na corrente, também não foram reconhecidas nem respeitadas e sim esquecidas, mortas. Pode-se argumentar que essas mulheres do século XIX, se numerosas, publicaram muito pouco. Daí a razão de não aparecerem nas Histórias da Literatura Brasileira. Se isso é verdade para algumas escritoras como Ana Luiza de Azevedo Castro (1823-1869), autora de um único romance e poucos poemas, para Ana Euridice Eufrosina de Barandas (1806-?), de parca produção, já é muito discutível quando vemos a produção da dramaturga Maria Angélica Ribeiro (1829-1880), autora de *Os Cancros Sociais* e de mais vinte peças de teatro, publicadas algumas, representadas quase todas. Excetuando-se alguns escritores como José de Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves, Alvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, e outros que esqueço agora, os demais escritores homens estudados no Romantismo o são por convenções não literárias. Poderiam ser substituídos por outros/outras que não fazem parte das Histórias da Literatura. Embora tenhamos muitos nomes de escritoras no século XIX, rarissimamente elas são citadas por historiadores como Afrânio Coutinho, Antonio Candido, Alfredo Bosi e outros, já não o tendo sido, anteriormente, por Sílvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho.

Podemos abordar a questão do cânone na literatura sob diversos ângulos. Preferi circunscrever o assunto, principalmente, ao século XIX, em geral, e ao tema de minha pesquisa sobre os textos das mulheres dessa época. Pretendemos, nesse rápido trabalho de levantamento de questões e hipóteses, não chegar a conclusões definitivas sendo, como o é, um trabalho em andamento.

A questão do cânone é antiga e permanente. Estar dentro do cânone, depois de morto ou estar no cânone, em vida? Não é à toa que as *socialites* acumulam os cronistas sociais dos jornais de convites, presentinhos e dinheiro, pois, o esquecimento de seus nomes é uma maneira de estar fora de um cânone que, se diferente do literário, é mesmo assim a lei à qual se curvam muitas e muitas pessoas no mundo inteiro. Os privilégios dos críticos sociais são, guardadas as devidas proporções, análogos aos dos críticos literários no Brasil do final do século XIX. Estar dentro das normas é estar bem com seus pares, é freqüentar as rodinhas da Garnier ou os cafés da moda, ter seus livros recebidos com notas elogiosas e artigos críticos. Os rituais de aceitação e posterior canonização incluem atos de sociabilidade aos quais alguns autores esquecidos não se submetem. Um exemplo notório é o da lista de nomes escolhidos para a Academia Brasileira de Letras, em 1897, quando de sua criação. Ao lado dos nomes de escritores mais

renomados como Coelho Neto, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Rui Barbosa e Machado de Assis, vamos encontrar alguns epidérmicos como Afonso Celso, Garcia Redondo. Machado de Assis coloca na Academia seus amigos Urbano Duarte e Garcia Redondo mas ignora os simbolistas, entre os quais, devo destacar Cruz e Sousa que, morando no Rio de Janeiro há sete anos, já havia publicado *Missal e Broquéis*, em 1893. Como diz seu biógrafo, R. Magalhães Júnior, *até hoje parece inexplicável a ausência de Cruz e Sousa na Academia*. Mas se examinarmos a vida do poeta, a época, o país, isso não nos parecerá tão inexplicável. Em primeiro lugar, a questão da cor é importante mas não é a razão primordial, pois Machado de Assis era mulato, mesmo disfarçando muito esse fato, e José do Patrocínio, negro. Mas é claro que não dá para esquecer que Cruz e Sousa era um negro (nascido filho de escravos) num país que abolira a escravidão há apenas nove anos. A segunda razão que me parece importante é o fato de ser pobre. E isso Cruz e Sousa o era. Extremamente pobre. Morreu miserável. Além de negro e pobre era provinciano, vindo lá dos longes de Santa Catarina, província das mais provincianas, se assim posso dizer... E, além de tudo isso, outra razão, talvez a mais importante, Cruz e Sousa era *simbolista*. Na Academia Brasileira de Letras entrou um mulato, entrou um negro mas não entraram os simbolistas. Grupo marginal e marginalizado, enfrentava o preconceito literário dos grupos dominantes, entre os quais os ainda-parnasianos, unha-e-carne com o Poder. Negro, pobre e orgulhoso, Cruz e Sousa mantinha-se distante das rodas dos intelectuais. E um solitário é sempre um ser meio à margem, secreto, diferente, perigoso... Ficou fora da Academia.

Por que estaria eu falando dessas coisas de homens num GT da Mulher e Literatura? Porque a questão do cânone toca-nos a todos. E, sobretudo, para acentuar a importância da vida social na canonização do escritor. Voltando ao nosso tema de pesquisa, *Mulheres - século XIX*, devemos refletir no cerceamento da liberdade dessas mulheres confinadas ao *lar*, não frequentando tais rodas de poder. Quando se olha, principalmente, para as parnasianas do final do século XIX, ficamo-nos perguntando que desafio seria escrever aquele tipo de poesia que implicava tantas exigências formais. Uma poesia erudita para quem carecia de erudição, de estudos. Elas não tinham acesso às boas escolas, as suas leituras eram orientadas para o ideal de mulher “do lar”, não tinham liberdade de movimentos, de viagens. E, sobretudo, não tinham a liberdade de discutir suas idéias. Como ser poeta e parnasiana, em tais condições? E algumas o foram e se salientaram como Francisca Júlia.

Nos últimos anos, sob o influxo da linha de pesquisa *Literatura e Mulher*, se tem efetuado o resgate de muitos livros de muitas mulheres⁵ que a historiografia oficial havia ignorado. Segundo Rita T.

Schmidt⁶ a emergência desses nomes tem desencadeado uma verdadeira desarticulação da visão canônica de nosso passado literário, especialmente no que se refere aos pressupostos holísticos de verdade, significado e valor que a tradição dominante elevou à categoria de universais atemporais e que sustentaram, até hoje, a sua configuração. O resgate de nossas primeiras escritoras deverá mudar a historiografia oficial que só levou em conta o corpus de textos canônicos e, mais importante, deverá mudar nossa própria maneira de encarar nossa própria história. É claro que uma concepção muito estreita da literatura nos levaria a deixar de lado práticas escriturais que não concordassem com concepções mais restritas do literário. Pois, com tais concepções, os textos femininos do século XIX estariam, na sua maioria, enterrados. Perguntar-se das razões do resgate de certos textos *tão fraquinhos* configura uma atitude preconceituosa, pois, é preciso lê-los e analisá-los levando em conta todas essas razões segregacionistas de isolamento e silêncio. Sobre isso, nada melhor do que deixar falar uma batalhadora como a dramaturga, já citada, Maria Angélica Ribeiro⁷ que, em 1866, no prólogo à peça abolicionista *Cancros Sociais*, diz o seguinte:

Sei que uma mulher, especialmente, pobre, não pode elevar-se a certas regiões. O despeito de uns, a intolerância de outros, a injustiça de muitos, e sobretudo, a calúnia sempre ávida de vitimar a fraqueza feminina, cedo ou tarde, com aleives e injúrias, lá a despenham dessas alturas, se porventura soube atingi-las. Cumpre-nos obedecer aos homens!

A mulher brasileira, se não quer sujeitar-se ao escárnio dos espirituosos e às censuras mordazes dos sensatos, não tem licença para cultivar o seu espírito fora das raias da música ao piano, e das de algumas frases, mais ou menos estropeadas, de línguas estrangeiras! As europeias, sim, essas inteligentes e talentosas podem estudar e escrever; poetar ou compor dramas e romances; podem satisfazer às ambições da sua alma, ter culto e conquistar renome...

Entre nós, não, que nada disso se pode dar! O que sai de lavra feminina, ou não presta, ou é trabalho de homem. E nesta última suposição, vai uma idéia oculta e desonesta.⁸

No resgate das esquecidas, queremos demonstrar que também a mulher, no século XIX, no Brasil, mesmo em seu papel de sombra de um marido ou do pai, interessou-se pelas idéias de seu tempo e tentou participar da vida intelectual, criticando-as. Assim, na defesa das minorias, do índio e do negro, a voz feminina não esteve ausente. Leia-se, por exemplo, Maria Benedita de Bohrmann, Ana Luiza de Azevedo e Castro, Maria Firmina dos Reis, Ana Euridice Eufrosina de Barandas, Maria Angélica Ribeiro, entre

outras.

A mulher, no século XIX, só entrou para a História da Literatura como objeto. É importante, para reverter o cânone, mostrar o que aconteceu, quando o objeto começou a falar. Para isso, além do resgate, da publicação dos textos, é preciso fazer reviver essas mulheres trazendo seus textos de volta aos leitores, criticando-os, contextualizando-os, comparando-os, entre si ou com os escritores homens, contribuindo para recolocá-las no seu lugar na História. Porém, na questão do resgate, devemos ter em mente que não se trata de uma substituição: os consagrados pelos esquecidos. Isso seria muito tolo.

A *religião do progresso*⁹ só canonizando aqueles que teriam chegado a um hipotético ponto ascensional deixou de lado os nomes das mulheres do segundo Oitocentos que, tateando e sobretudo imitando os cânones, não conseguiram alçar-se a esse ponto absolutamente subjetivo. É fato que esses primeiros textos de Senhoras, no Brasil, foram recebidos com o *olhar condescendente* (via Sylvia Paixão)¹⁰ e não foram encarados com seriedade. Já Maria Angélica Ribeiro, inteligentemente, vislumbrou a questão: a de que ser ou não respeitada é uma questão ideológica.

Quando se fala das escritoras do século XIX, observa-se um desconhecimento muito grande. Quando iniciamos esses estudos, fomos também nos surpreendendo a cada novo encontro, a cada descoberta. Pois, são numerosas as escritoras brasileiras no século XIX; escreveram muito e abordaram todos os gêneros: das cartas e diários, dos álbuns e cadernões, aos romances, poemas, crônicas e contos, dramas e comédias, teatro de revista, operetas, ensaios e crítica literária. Perto da produção masculina, podemos dizer que as mulheres pouco publicaram. Contudo, não pouco escreveram. Houve escritoras, aquelas do *caderno da mulher goiabada*, na feliz expressão de Lygia Fagundes Telles¹¹, que escreveram ocultamente e ocultas permaneceram. Um exemplo dessas senhoras, uma que saiu do anonimato é Maria Helena de Câmara Andrade Pinto que escreveu para sua filha Alice comédias em prosa e em verso e não as publicou nunca. Ignez Sabino¹² registra o fato e transcreve um poema da escritora. Ao lado dessas ocultas vozes, temos as que, corajosamente, se lançaram à arena, publicando seus textos. Basta compulsar os dicionários da época como Sacramento Blake, Barão de Studart, Inocêncio Francisco da Silva para se ter uma idéia da quantidade de nomes femininos no século XIX. E hoje, praticamente, todos ausentes do cânone.¹³

Penso que, entre as várias razões para a não canonização das escritoras do século XIX, tem sido muito importante o gênero literário escolhido. Na aceitação de uma mulher escritora, essa questão não foi nada desprezível. Verifica-se que as poetisas são, em geral, aceitas, mesmo que o

sejam apenas com benevolência, e que algumas foram respeitadas. Vejamos, por exemplo, Narcisa Amália, que não só foi citada e criticada em sua época como ainda o é, hoje, pelos nossos historiadores¹⁴, mesmo que incluída entre os menores... O mesmo se pode dizer de Francisca Júlia. Dos gêneros escolhidos pelas mulheres, são as teatrólogas e as romancistas as mais esquecidas. Mulheres, com importante bagagem como Maria Benedita de Bohrmann¹⁵, que publicou com o pseudônimo de Délia, foram omitidas da historiografia literária por razões que se misturam com o código da moral burguesa!!

Verificou-se, pois, em levantamento da crítica da época, que as poetisas, desde que dentro dos limites impostos pela sociedade, ao contrário das dramaturgas e romancistas, obtiveram um certo apoio da crítica e algum espaço para sua produção. E isso é facilmente explicável pela temática *nobre* utilizada, flores e mais flores, sentimentos maternos, filiais e outros, sempre dentro do âmbito da Família... Ainda estava longe a poesia de Gilka Machado.

Estudando a poesia de Bernardo Guimarães, a satírica e a erótica, e as razões de seu banimento do cânone, Luiz Costa Lima diz, exatamente, o que se aplica muito bem à poesia feminina do Romantismo: *pelos modelos de poesia retórico-sentimental que aqui mais circulavam - os modelos de Hugo e Byron - importava que o poeta fosse bem falante e lacrimoso, derramado em palavras e emoções. Tal seria a base sobre a qual se edificaria o cânone exaltador de Gonçalves Dias, Castro Alves, Alvares de Azevedo, Varela e Casimiro, assim então confundidos e internamente não diferenciados.* De fato, as mulheres se adaptaram bem a essas regras para a poesia, no romantismo. De qualquer maneira, elas não poderiam fazer a poesia ousada de Bernardo Guimarães sob pena de serem queimadas em praça pública!

Ao questionar-se o cânone, descobre-se que o corpus da literatura, tal como para o período colonial em sua relação com a oralidade¹⁶, está ainda se constituindo devido às descobertas de vozes silenciadas de mulheres, no século XIX ou em séculos anteriores.

Há muitas coisas que se impõem para a reflexão. Que a crítica foi *condescendente* ou injusta em relação a nossas primeiras escritoras, é questão já estudada, mas que continue a sê-lo é algo que, nesses tempos *politicamente corretos*, surpreende... Assim, foi mesmo divertido ler as palavras polêmicas de Marilene Felinto em artigo no Caderno *Mais*, Folha de São Paulo, de 24/04/94, sobre o livro *Uma certa felicidade*¹⁷ de Sonia Coutinho, escritora baiana que, sem ter alcançado a canonização, tem sido bastante mencionada nos artigos de cunho mais geral sobre *literatura feminina* atual. Afirma Marilene Felinto: *Como nós, mulheres, escrevemos*

mal! Ultimamente, toda vez que pego um livro de mulher nas mãos é este desgosto. Esgotou-se a espécie de fórmula da "literatura feminina". (...) O universo literário feminino é pobre, limitado, cheio de conflitos insignificantes, que nascem do umbigo das mulheres e se encerram neles mesmo. É uma literatura umbilical. (...) A literatura de mulheres parou no tempo.

A essas palavras, poderíamos contrabalançar a atual literatura brasileira masculina que não se tem renovado tanto e que se apresenta cheia de modismos, apropriações, pastiches numa integração pós-moderna. Mas isso mereceria um outro estudo. Apenas, o que noto nas palavras de Marilene Felinto é um preconceito de gênero. Ela engloba todas as escritoras no mesmo "saco" e, coloca-se, hipocritamente, dentro dele, generalizando. *Como nós, mulheres, escrevemos mal!* No entanto, essa inclusão se revela falsa, pois, segundo ela, as mulheres escrevem mal porque fazem uma literatura umbilical e não é isso o que ela faz, ou melhor, fez, no passado, já que seus dois romances são dos anos 80 (o primeiro é de 1982).

A generalização, além de perigosa, é igualmente falsa. Nem todas as escritoras atuais fazem uma literatura voltada "para o próprio umbigo". Poucas, aliás, o fazem. Basta ler as canonizadas Lygia Fagundes Telles, Nélide Piñon, Lya Luft e as um pouco menos canônicas Márcia Denser, Edla Van Steen, Zulmira Tavares, Heloisa Maranhão e Hilda Hilst¹⁸ entre outras. Estou citando só as brasileiras mas poderiam ser citadas muitas de outras nacionalidades.

No entanto, quem sabe artigos como o de Marilene Felinto sejam necessários para que as mulheres não se fechem em círculos narcísivos auto-encomiásticos, mas antes reflitam que se os caminhos estão hoje abertos à realização da mulher, mais do que nunca é necessário refletir sobre o próprio fazer literário e, assumindo-se, assumir como fundamental o trabalho da arte. Embora longe no tempo, ainda são bastante atuais as palavras de Simone de Beauvoir¹⁹: *O que falta essencialmente à mulher de hoje, para fazer grandes coisas, é o esquecimento de si: para se esquecer é preciso primeiramente que o indivíduo esteja solidamente certo, desde logo, de que se encontrou. Recém-chegada ao mundo dos homens, e mal sustentada por eles, a mulher está ainda ocupada com se achar.*

NOTAS

1. Um excelente trabalho sobre o assunto é o de Roberto Reis. "Cânon". In: Jobim, José Luís (org.). *Palavras de Crítica*. Rio de Janeiro, Imago, 1992. p.65-92. Mesmo muito bom, gostaria de criticar uma afirmação do autor que, tendo feito breve análise de "Menino de Engenho" de José Lins do Rêgo, afirma que a sua interpretação "faz espoucar tópicos como gênero, raça, classe e sexo que parecem haver escapado ao olhar das leituras canônicas e que tem pertinência por levantar questões a respeito da compacta ordem social brasileira". Ora, tais questões, pelo menos raça, classe e sexo em Lins do Rêgo têm sido tratadas por vários críticos, entre os quais Antonio Candido, A. Bosi, Edda Arzua Ferreira.
2. V. Flora Sussekind e Rachel Teixeira Valença. *O Sapateiro Silva*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.
3. Qorpo Santo, falecido em 1883, considerado o criador do teatro do absurdo, foi descoberto por Aníbal Damasceno Ferreira (V. *Travessia* Nº 7, UFSC) e divulgado pelo Prof. Guilhermino César, da UFRGS. V. "Qorpo Santo, autor de vanguarda do século XIX". *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9/8/1986; "Qorpo Santo, do mito à realidade", *Jornal do Brasil*, 4/4/1968. *Qorpo Santo. Teatro Completo, Fixação do texto, estudo crítico e notas por Guilhermino César*, Rio de Janeiro, MEC/SNT, 1980.
4. V.. Augusto e Haroldo de Campos. *ReVisão de Sousândrade: textos críticos*. Antologia. 2.ed. rev. e aum., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. A primeira edição é de 1964.
5. V.. Zahidé L. Muzart. Pesquisa: Mulher século XIX. Brasil/Brazil, Nº 9, 1993, Porto Alegre, PUC-RS, Editora Mercado Aberto, p.124-127.
6. V. "Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina". Anais da XVI Semana de Letras, Santa Maria, RS, 27/9 a 1/10/93. No prelo.
7. *Cancros Sociaes*. Drama original em cinco atos. Representado pela primeira vez em 13/5/1865. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert Editores, 1886. A nota introdutória não traz título. É apenas encimada por uma dedicatória "A Exma. Senhora Da. Violante de Bivar". Aproveito para assinalar que Maria Angélica Ribeiro não é citada no *Dicionário Literário Brasileiro* de Raimundo de Menezes, 2ª edição de 1978. E, quando, em outros estudos e/ou dicionários, a dramaturga o foi, não deixamos de ter acrescentado o seu casamento com o cenógrafo João Caetano Ribeiro. Esse texto foi resgatado por minha orientanda Valéria de Andrade Souto-Maior, que estuda as dramaturgas brasileiras do século XIX, em sua dissertação de mestrado.
8. Estranhamente, a dramaturga, apesar dessas idéias bem fundadas, não dispensa a apresentação de um homem, o crítico Joaquim José Teixeira, que garante a validade da peça afirmando ser "o entrecho, criação de cérebro varonil".
9. Pierre Lasserre. *Le Romantisme français*, p.417. Apud Wilson Martins. *A Crítica Literária no Brasil*, vol. 1, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p.26.
10. *A Fala-a menos*. Rio de Janeiro, Numen, 1991. "A mulher é um ser frágil, inferior e não deve manifestar muita paixão... Esta atmosfera de fragilidade será acentuada por meio de uma atitude paternalista do crítico em relação à mulher que escreve..."
11. V.. *A Disciplina do Amor*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.16.
12. V. Iñez Sabino. *Mulheres Ilustres do Brazil*. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro, 1899, p.275-278.
13. Para uma melhor idéia do assunto, consulte Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes. *Mulheres de Ontem? - Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1989. Em apêndice, Maria Thereza dá referências de 99 nomes de escritores do século XIX, não só do Rio de Janeiro como também de outras regiões do país.
14. V. Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira - Momentos Decisivos*.

5.ed., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.254. 2º vol. V., também Alfredo Bosi. *História Concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1975, p.137.

15.Sobre essa escritora, consulte a tese de doutorado de Norma Telles. *Encantações. Escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: PUC/SP, 1987. Mimeo.

16.V. Ana Pizarro. "Palavra, literatura y cultura en las formaciones discursivas coloniales". In: Ana Pizarro (org.). *Palavra Literatura e Cultura*, Vol. I, Campinas, Editora da UNICAMP, 1993, p.19-37.

17.Sonia Coutinho. *Uma certa felicidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, 135p.

18.Estou "canonizando" de acordo com a maior ou menor frequência dessas escritoras na crítica, seja no próprio GT da ANPOLL, ou fora dele.

19.Simone de Beauvoir. *O Segundo Sexo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. 2º vol., p.471.